

3
4
1 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR**
2 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM**
3 **22 DE MARÇO DE 2011**
4

5 Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e onze, na sala de
6 Reuniões da Presidência do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC,
7 sito à Rua André de Barros, nº 750 – 9º Andar, em Curitiba/PR, às 08:30 horas em
8 primeira convocação e às 09:00 horas com qualquer número de Conselheiros,
9 reuniram-se em Assembléia Ordinária os integrantes do Conselho Estadual de
10 Assistência Social – CEAS/PR, previamente convocados. Nessa ocasião estiveram
11 presentes **Representantes Governamentais:** Ana Maria Macedo (Secretaria de
12 Estado da Criança e Juventude – SECJ); Cláudia Picolo (Procuradoria Geral do Estado
13 – PGE); Carolina Kummer Trevisan (Procuradoria Geral do Estado – PGE); Rosângela
14 Heinz Gavinho Ferraz (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral –
15 SEPL); Kharin Bevervanço (Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento –
16 SEAB); Nayse Mary Alves Zétola, Mariluz Zanin Petry (Escritório Regional de
17 Francisco Beltrão), Vanuza Ferriera Calão (Secretaria de Estado da Justiça – SEJU),
18 (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI); Tânia Mara
19 Domingues (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI);
20 Lucimeri Sampaio Bezerra (Secretaria da Política Habitacional – COHAPAR); Soraya
21 Sehli (Secretaria de Estado da Saúde – SESA); Rosely Lemos Schinemann
22 (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Rosana
23 Aparecida Dias de Macedo (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção
24 Social – SETP); Márcia Beatriz Bühner (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e
25 Promoção Social – SETP); Carmen Cristina Pereira Zadra (Secretaria de Estado do
26 Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Maria Leonor Zanella (Secretaria de
27 Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Nircélio Zobot (Secretaria
28 de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP). **Representantes da**
29 **Sociedade Civil Organizada:** Pedro Lirio Hofmann (Associação de Moradores de
30 Encantado do Oeste); Cássia Fernanda Mercúrio (Aldeias Infantis SOS); Patrick
31 James Reason (Associação Beneficente Encontro com Deus); Mara Julci de Freitas
32 Baran (Conselho Regional de Psicologia – CRP-08); Maria Cecília Monteiro Fantin
33 (Conselho Regional de Psicologia – Pato Branco); Cristina Zehr (Associação
34 Beneficente das Senhoras de Entre Rios); Ronan César da Silva (Associação Pró-
35 Amor de Deficientes Físicos de Irati); Teresinha Maria Pereira Mariano (CRESS – 11ª
36 Região); Edenilce de Fátima do Nascimento Lima (Sindicato dos Servidores Públicos
37 Municipais de Nova Esperança); Ana Cristina Duda (Associação Ministério Melhor
38 Viver – Ponta Grossa); Elenir Ruiz Bonfim Schuchardt (Associação de Pais e Amigos
39 dos Excepcionais – APAE/Iporã); Ozimara Ferreira de Mello (Associação de Pais e
40 Amigos dos Excepcionais – APAE/São Sebastião). A abertura da sessão deu-se pela
41 Presidente do Colegiado, Conselheira Nicéia Brandão Lemes, que na mesa diretiva
42 se fazia acompanhar da Vice-Presidente, Conselheira Edenilce de Fátima do
43 Nascimento Lima, da Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de
44 Ponta Grossa, Carla Maria Di Piero Mendes, e da Conselheira representante da SECJ,
45 Ana Maria Macedo. Apreciação da pauta. Foi realizada a leitura da pauta e sugerida
46 a inserção da realização de um trabalho em nível de Município, no que se refere à
47 Resolução nº 016. Em Votação: inclusão **APROVADA**. A Conselheira Cássia Mercúrio
48 solicitou a inclusão referente a: 1) ofício a ser encaminhado pelo Fórum de
49 discussão de Assistência Social da Regional de Ivaiporã, fazendo alguns
50 questionamentos.; 2) solicitação de maiores esclarecimentos no que se refere à
51 atual situação dos Escritórios Regionais, com o desenho dessa Nova Secretaria; 3)
52 inclusão sobre a alocação de recursos do IGDE (fortalecimento de Conselhos),
53 pagamento total das despesas dos Conselheiros da Sociedade Civil, a partir do

54deslocamento das suas residências para Curitiba e o conseqüente retorno, nos
55trechos intermediários, com a alimentação; 4) abordagem do tema referente às
56Conferências, garantindo a participação dos Conselheiro da Sociedade Civil no
57evento da Conferência nacional, permitindo ainda que cada Regional tenha mais
58uma vaga, à parte daquela do Conselho. APROVADAS as 4 inclusões apresentadas
59pela Conselheira Cássia na pauta. Na sequência a Conselheira Vanuza solicitou a
60possível inclusão da discussão da nomenclatura da nova Secretaria de Estado.
61APROVADO. O Conselheiro Padre Antonio, apontou a sua inclusão sobre a utilização
62de recursos pelas emendas parlamentares. APROVADO. Apreciação da Ata referente
63à reunião de fevereiro/2011. Neste momento, a Conselheira Ana Maria Macedo
64(SECJ) ressaltou ter havido uma omissão, ao deixar de se mencionar na Ata o ato de
65Posse dos Conselheiros Governamentais, no qual estiveram presentes dois
66Secretários de Estado, o do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), Deputado
67Luiz Cláudio Romanelli e a Secretária da Criança e Juventude (SECJ), Fernanda
68Bernardi Vieira Richa. Foi sugerido que os apontamentos feitos pelos Conselheiros,
69referentes às correções da ata fossem repassados à Secretaria Executiva. As
70alterações seriam efetuadas e o texto final remetido novamente aos Conselheiros
71(anotado os pedidos dos Conselheiros Ronan, Maria Cecília, Rosely, Edenilce e
72Vanuza referentes à justificativa de ausência. Ata APROVADA. **Informes da**
73**Secretaria Executiva**. – Justificativa de ausência da Conselheira Cristiane Meyer,
74devido a compromissos de trabalho; - Comunicado de inauguração realizada no
75Município de Pinhais, referente a equipamentos da Secretaria Municipal de
76Assistência Social – dia 15/03 –CRESS, a sede da Secretaria Municipal e o espaço de
77Assistência Judiciária Gratuita naquele município; - Justificativa de ausência da
78Conselheira Mara; - Recebidos de Brasília seis compêndios “A dinâmica da
79participação local no Brasil”; - Contato da Conselheira Francislaine, do Município de
80Ribeirão Claro, informando que atualmente não faz mais parte da Associação para o
81Desenvolvimento da Mulher daquele município; - Correspondência do Deputado
82Professor Lemos, justificando a sua ausência na reunião da Comissão da Frente
83Parlamentar, para qual havia sido convidado, tendo em vista encontrar-se em
84sessão plenária naquele mesmo horário. No entanto, coloca o seu mandato à
85disposição das pautas da Assistência Social; - Recebidos o Protocolo nº 10.874.421-
869 referente à mudança de Presidência do CMAS de Carlópolis a ser exercida pela
87Vice-Presidência, com nova eleição a ser realizada em julho. – Ofício Circular nº 01,
88procedente do Conselho Nacional, solicitando informações sobre a existência de
89outros fundos municipais ou estaduais, que executem os recursos da função 08
90neste Estado, além do FEAS, para subsidiar estudos para elaboração de um
91documento a ser encaminhado aos Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e
92Municipal, sobre financiamento da Assistência Social; - Ofício Circular nº 003/2011
93recomendando aos Conselhos Estaduais que acompanhem a alocação de recursos,
94destinados à realização das Conferências em seu âmbito de atuação, bem como a
95participação do Estado na Nacional, o transporte da delegação até Brasília,
96atendendo as orientações encaminhadas através do Ofício nº 002, datado de 25 de
97maio/2010, já encaminhado ao Governo do Estado. Neste momento, a Conselheira
98Presidente Nicéia reportou-se ao parágrafo 6º do Regimento Interno, para
99esclarecer a questão que envolve o Conselheiro Suplente, Padre Antonio, da
100regional de Jacarezinho; “os membros titulares do CEAS serão substituídos em suas
101faltas e impedimentos por seus respectivos suplentes”. Já a Conselheira Cássia
102referiu-se ao Art. 7º inciso 8 – “repetição consecutiva de número igual a três faltas
103injustificadas”. Houve o manifesto da Conselheira Maria Cecília, esclarecendo que a
104questão é bem mais séria: a presença é garantida mas ele fica sem suplente e
105aquela entidade perde o direito da cadeira. É a mesma situação da Regional de Foz
106do Iguaçu, em que a Conselheira suplente se faz presente desde o início, mas se

107estiver impedida de comparecer, não terá outra pessoa para delegar essa função.
108Em seguida pronunciou-se a Conselheira Presidente Nicéia dizendo que se o
109plenário concordar, o CEAS fará um comunicado à entidade a qual pertence o
110Conselheiro Antonio, para que de forma imediata indique um Conselheiro Suplente.
111Sugeriu a Vice-Presidente Edenilce que o Fórum Regional também deveria estar
112sendo comunicado, para em Assembléia, estar indicando essa suplência. Ouviu-se a
113fala da Assistente Social Helena (CDI), responsável pelo apoio técnico aos CEAS/PR,
114informando que a vaga deverá permanecer na entidade, podendo trocar o seu
115representante. **Encaminhamento:** a entidade a que pertence o Conselheiro Antonio
116(Regional de Jacarezinho) deverá ser notificada e essa indicará a suplência. Foi
117esclarecido depois, que o Conselheiro em questão não pertence à mesma entidade
118da qual fazia parte a Conselheira Titular Francislaine. Sendo assim, ficou definido
119que a entidade original de Ribeirão Claro é que irá indicar outra pessoa e não é essa
120pessoa que deverá estar na Conferência, é a entidade pois que irá referendar. A
121Conselheira Teca também demonstrou a sua situação: quando eleita não possui
122suplente. Caso esteja impedida de comparecer às Assembléias, não haverá
123ninguém para substituí-la. A Secretaria Executiva ficará encarregada de proceder os
124contatos, objetivando regularizar tais situações. O plenário decidiu eleger um
125cronometrista, visando facilitar o fluxo das participações. O Conselheiro Pedro faria
126esse papel enquanto a Conselheira Edenilce priorizava as inscrições, com 2 minutos
127de fala. **Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo.** (Anexo I)
128Nessa Comissão estava pautado o item referente à reprogramação do saldo do
129Fundo/2010. A Comissão fez uma prévia, tentando entender melhor o
130funcionamento do orçamento. Esse divide-se em 03 grandes grupos:
131aprimoramento da gestão, proteção social básica e proteção social especial. Nessa
132seqüência, passou-se por esse item e a Conselheira Rosângela bem lembrou que o
133orçamento temático foi revogado. Na Assembléia anterior, haviam poucos técnicos
134para discutir o orçamento plurianual como um todo. Foi sugerido até um fluxograma
135para as coisas ficarem mais compreensíveis, os prazos a serem seguidos e até
136setembro o documento deverá estar na Assembléia Legislativa. Na Sociedade Civil,
137havia uma certa dúvida se o orçamento 2011 havia sido analisado, as anotações
138foram revistas e realmente houve essa aprovação realizada na Assembléia
139Outubro/2010 realizada em Guarapuava. O assunto foi discutido na Comissão de
140Orçamento e ao ir para a plenária foi devidamente aprovado. O Conselheiro Patrick
141tem as devidas lembranças desse momento, pois fez diversas colocações naquela
142ocasião fechando seus cálculos com êxito na data de hoje. Em seguida, passou-se
143para o ponto de pauta propriamente dito, que foi a reprogramação do saldo
144(Conselheira Carmen). Foi esclarecido que os recursos da Fonte 100 existentes em
145outubro do ano passado, sobras de convênios, etc; existentes nas Secretarias,
146foram recambiados pelo Governo para a manutenção de outros pagamentos
147urgentes. Sendo assim, algumas questões ficaram descobertas, a exemplo dos
148abrigos. A SETP recebe ainda recursos da Fonte 257 (Detran) e recursos do Governo
149Federal, através da Fonte 281, dois recursos específicos destinados a ações
150também específicas. Um deles para o Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS
151e o outro para o IGDE para aprimoramento de gestão do Bolsa Família e Cadastro
152Único. Diga-se de passagem, os compromissos assumidos precisam ser realmente
153cumpridos e as ações planejadas no ano anterior precisam ser respeitadas.
154Elencou-se as pendências quanto à capacitação de entrevistados do CadÚnico –
155Cadastro Único com os Escritórios Regionais de Ponta Grossa, Umuarama e
156Municípios da Região Metropolitana, Encontro Intersetorial que envolve as três
157Políticas: Assistência Social, Educação e Saúde, que dão suporte ao Programa Bolsa
158Família, Encontros Macro Regionais dos técnicos municipais e visitas técnicas aos
159municípios com maior dificuldade em desenvolver o programa (gráfico em anexo).

160 Ressaltou a Técnica Carmen, a real necessidade de se planejar capacitações para
161 os novos técnicos que integrarão a nova Secretaria, pois não é possível ignorar esse
162 novo grupo que dará suporte aos municípios paranaenses. Na SETP existem 9
163 servidores para levar avante a Política de Assistência Social (já que em 8 anos essa
164 Secretaria não passou por esse processo de capacitação). Com todo o seu
165 conhecimento técnico, a Conselheira Rosângela (SEPL) esclareceu que abordou-se o
166 orçamento do FEAS, consignado no orçamento do Estado, que está dividido em 3
167 atividades orçamentárias já abordadas: gestão, proteção social básica e proteção
168 especial. Com relação ao Plano Plurianual (PPA), a regra da legislação é que venha
169 antes do orçamento. Nesse ano, é necessário que as discussões sejam realizadas
170 antes os assuntos que vão compor o Plano Plurianual na área do Fundo, que vão
171 subsidiar o orçamento, que também deverá ser entregue até 30 de setembro de
172 2011. A partir de 2012, será somente orçamento. É fundamental que se tenham as
173 diretrizes do que se vai fazer nos 4 anos, para compor o PPA. A Conselheira Vice-
174 Presidente Edenilce solicitou um esclarecimento: a capacitação aprovada em 2008
175 destinava-se aos trabalhadores de Rede SUAS e a única Universidade disponível a
176 executá-la era a UEM. Agora, querem transferir essa capacitação para os técnicos
177 da nova Secretaria? Prontificou-se a Conselheira Carmen a expor o esclarecimento
178 solicitado: certamente o público alvo continua sendo os trabalhadores do SUAS,
179 porém os recursos são insuficientes para atender os 399 municípios paranaenses.
180 Quando se fala em critérios de partilha, é justamente porque não se tem recursos
181 para atender todas as demandas. Assim, a partir do diagnóstico pautado na
182 realidade efetua-se planejamento para conseguir atender as necessidades
183 prioritárias e/ou imediatas e depois vai se avançando no processo. Dessa forma,
184 firmou-se convênio com a PUC (Curitiba e Região Metropolitana – trabalhadores e
185 técnicos municipais) e uma parte dos recursos nesse momento, para capacitar o
186 grupo de pessoas que irão compor a nova Secretaria. Foi a vez da Conselheira Aline
187 (SECJ) informar que o recurso não está sendo redirigido para outro público e sim
188 acrescentado também àquele que vai compor e dessa ótica, também serão
189 trabalhadores do SUAS, na potencialização necessária dessa rede. São voltadas
190 para os técnicos das equipes regionalizadas, que se agregarão aos Escritórios
191 Regionais. Deixou claro que essas pessoas comporão um total de 32 técnicos, e na
192 sede mais 15 que passarão a integrar a área da Política de Assistência Social e que
193 nesse momento, não estavam sendo computados como público dessa capacitação.
194 No foco da discussão, a Conselheira Presidente Nicéia expôs que a técnica Márcia
195 Buhrer (SETP) está acompanhando esse processo; ano passado estava prevista essa
196 capacitação. Em Curitiba não se conta com Universidade Pública na área de Serviço
197 Social, elaborou-se um convite a todas as Faculdades e a PUC foi a única que
198 manifestou interesse em realizar essa empreitada. Um contrato foi assinado e em
199 dezembro ocorreu o início do encontro para Curitiba e Região Metropolitana. Entre
200 idas e vindas, hoje conta-se com a PUC e UEM, uma vez proposto o convênio e as
201 assinaturas firmadas, estará garantida a participação dos técnicos. Constatou a
202 Conselheira Edenilce que se os recursos do Governo não se efetivarem, o Estado
203 não colocará os seus. Na verdade, qual é o valor que se dispõe? Qual a
204 contrapartida do Estado nessa capacitação? Se estão ocorrendo mudanças de
205 Secretaria, é sinal que existe sobra de recursos. Disse entender que é fundamental
206 esse processo de capacitação, porém o público alvo para quem o processo estava
207 destinado são os psicólogos, educadores populares, assistentes sociais que
208 infelizmente estão lá na ponta atendendo os beneficiários da rede, e que por um
209 motivo ou outro, não recebem os benefícios de um concurso para efetivá-los. Sem
210 dúvida, todos os técnicos precisam se atingidos, mas preferencialmente os que
211 atuam nos CRAS e CREAS. Assim, solicitou que outros Conselheiros também se
212 posicionassem em relação a essa questão. Nesse momento, a Conselheira Ana

213 Maria (SECJ) expressou que no CEAS não existem lados oponentes, todos tem
214 objetivos comuns. Assim, quando se menciona que estão sobrando recursos, é
215 inverídico. Foi a vez do Conselheiro Patrick anunciar possuir uma proposta: no dia
216 anterior ocorreram muitas discussões sobre o orçamento que foi aprovado.
217 Agradeceu primeiramente a colaboração emprestada pela Conselheira Rosângela
218 que, além do seu conhecimento ímpar, colocou inúmeros documentos à disposição.
219 Abriam-se muitas perguntas, porém para aprimorar a participação do grupo no
220 entendimento do Plano Plurianual e na Lei Orçamentária 2012, é necessário que se
221 entenda o processo como foi aprovado. Propôs que para o próximo mês, numa
222 linguagem acessível, seja possível identificar esses conteúdos. A Conselheira Ana
223 Maria (SECJ) julgou oportuno lembrar que já na Assembléia passada foi aprovada a
224 proposta do Conselheiro Patrick, de se trazer um técnico da Secretaria do
225 Planejamento e Coordenação Geral para palestrar sobre Orçamento, LDO, etc. No
226 dia anterior, a Conselheira Carolina (PGE), apresentou na Comissão um apanhado
227 geral desses assuntos, numa linguagem de fácil entendimento. Diante do
228 enunciado, a Conselheira Rosângela (SEPL) informou que realmente já estaria nos
229 preparativos para a contribuição, porém verificou-se que na pauta não constava
230 esse item. Diante disso, avaliou que o assunto estaria sendo abordado na plenária
231 seguinte. Já a Conselheira Carolina (PGE) colocou estar disponível para abordar
232 pontos da área jurídica tais como Constituição, LDO e outros. O Conselheiro Patrick
233 apontou que os técnicos realmente entendem o processo do orçamento e os
234 demais objetivam a Política da Assistência. Foi a vez do cidadão Carlos Lima
235 agradecer as informações sobre o orçamento 2010, já aprovado. As possíveis
236 alterações poderão ser feitas no de 2011. As satisfações oferecidas nesta reunião,
237 já sanaram as dúvidas ocorridas na plenária anterior. Disse ter o desejo de
238 acompanhar neste Conselho a composição da receita do Fundo Estadual, com as
239 respectivas fontes e sua procedência, tudo aquilo que é gerido e aprovado por este
240 Conselho. No que se refere à Capacitação, disse que existe uma Política
241 apresentada pelo Governo Federal, e a nível de Estado apresenta-se um novo
242 Governo com uma Política diversa. Deve pois agora prever o custo orçamentário de
243 implementação dessa política que está sendo colocada, com toda a sua questão
244 administrativa. Talvez até já esteja previsto um custo destinado a essas novas
245 pessoas e não mexer na política que já estava pensada em 2010. Este Conselho
246 precisa ter um Banco de Dados de uma Política Estadual em formação,
247 independente do Governo que esteja ou das idéias que se apresentem. Posicionou-
248 se a Conselheira Ana Cristina, afirmando que enquanto existirem dúvida, as
249 posições serão desencontradas, assim a necessidade premente da presença do
250 técnico em planejamento, especialmente abordando a questão das emendas
251 parlamentares. A Conselheira Ana Maria (SECJ) concluiu que todos estão tateando
252 nas questões, por falta de informações. De forma óbvia, o Conselho sente todas
253 essas dificuldades e o Governo que agora foi instalado, já tem uma política definida
254 detendo muita responsabilidade em relação a isso. Há mais de 16 anos esse Estado
255 não realiza concursos, apresentando uma defasagem de quadro funcional. Nesta
256 plenária, em nenhum momento se disse que o recurso seria desviado para
257 capacitar os técnicos da Secretaria que será transformada. Ninguém programou
258 esse plano de governo sem estar consciente do orçamento, que aliás já estava
259 definido pelo anterior. Também é pertinente esclarecer que, o Governo instalado
260 recentemente, está enfrentando sérios problemas financeiros, existindo buracos em
261 todas as áreas. Quando se diz que foram retirados recursos para reprogramar, é
262 uma questão real. Foram sim retirados pelo Governo anterior, ignorando-se os
263 objetivos. Interpretou a Conselheira Ana Maria ter feito parte da equipe de
264 transição e em nenhum momento houve irresponsabilidade, sendo previstos os
265 recursos na medida do possível, com as devidas suplementações. O CNAS

266 comunicou na última reunião que o Governo Federal retirou recursos das ações da
267 Política de Assistência Social, para aumentar os recursos do Bolsa Família. Foi a vez
268 da Conselheira Rosângela esclarecer que a participação do Planejamento para
269 realizar a palestra sobre orçamento não contou na pauta, nem foi mencionada na
270 convocação. Considerou ser mais positivo aguardar uma exposição sobre o FEAS na
271 próxima Assembléia. Teria plenas condições de palestrar sobre o orçamento do
272 Estado e suas vinculações, porém certamente não seria o que esperam os membros
273 da Sociedade Civil. O objetivo seria basicamente as receitas do Fundo. A
274 Conselheira Presidente Nicéia colocou em votação a proposta de se ter, na próxima
275 Assembléia, uma explanação geral do orçamento. APROVADO. Manifestou-se o
276 Conselheiro Patrick, dizendo que as discussões sobre o conteúdo poderão ser
277 levadas a efeito por ele mesmo. Retornando ao relatório da Comissão, a
278 Conselheira Maria Cecília definiu haver uma grande preocupação dos Conselheiros
279 em executar bem o seu papel, através de constantes discussões. Disse Ter
280 observado que no Regulamento do FEAS, existe um item informando que cabe ao
281 Conselho analisar e aprovar um Relatório Bimestral e prestação de contas anual. A
282 recomendação da Comissão é que exista o reordenamento, de acordo com o IGDE
283 junto ao Governo Federal e também o Plano de Capacitação já aprovado. em
284 relação às visitas às entidades, uma programação já está sendo elaborada, com a
285 presença do Conselheiro Patrick. *Pendência da Assembléia anterior:* reunião com o
286 Conselho Estadual de Saúde, já agendada para o próximo dia 29/03. Participantes:
287 Nicéia, Patrick Carmen, Soraya e integrantes da SECJ, com reunião prévia. Relatório
288 da Comissão APROVADO. **Comissão de Comunicação, Articulação e**
289 **Mobilização.** (Anexo III) Relatora: Conselheira Mariluz. Essa Comissão tinha um
290 ponto de pauta em relação à Nota Técnica reformulada, com relação aos Benefícios
291 Eventuais da Assistência Social. Desde 2001 tornaram-se necessárias algumas
292 alterações para que se possa efetivar nos Municípios o auxílio funeral e natalidade.
293 A proposta é incluir na nota técnica a inclusão do Ministério Público como
294 fiscalizador. (Anexo IV). Relatório da Comissão APROVADO. Palavra da Presidente
295 do CMAS de Ponta Grossa, Sra. Carla Maria Di Piero Mendes. A Presidente informou
296 plenário que no seu município muitas ações eram cobradas da área de assistência
297 social, tais como transporte de doentes, medicamentos e outros, com certa pressão
298 da Câmara de Vereadores. Algumas reuniões ocorreram com as Secretarias de
299 Educação e Saúde mais os Conselhos. Ainda não se tem formação suficiente, porém
300 hoje o Conselho Municipal já atua só com as entidades de assistência social, após
301 muitos questionamentos e estudos da nova legislação, e com o apoio do Ministério
302 Público. Colocou a todos um convite para assistirem a palestra e capacitação
303 proferida pela Professora Vitória Batista Silva, do Desenvolvimento Social,
304 abordando a utilização correta dos recursos – dias 24 e 25 de março – evento
305 aberto aos Municípios da Região. Um dos grandes objetivos será aprofundar a
306 discussão sobre a importância da consolidação do SUAS e os avanços e desafios da
307 NOB/RH. A Conselheira Presidente Nicéia parabenizou a presidente pelo trabalho
308 desenvolvido na região. Da parte dos Conselheiros Edenilce e Ronan, partiu a
309 sugestão de que o CEAS/PR participasse desse evento em Ponta Grossa. APROVADO
310 o nome da Conselheira Ana Cristina. **Comissão de Documentação e Rede**
311 **Socioassistencial.** (Anexo V). A Conselheira Christina Zehr informou que Brasília
312 disponibiliza sempre instrutores sem custos para as capacitações. Segundo a
313 técnica Helena, o Conselho Nacional solicitou que os Conselhos Estaduais
314 acompanhem o processo de implementação da Resolução nº 016 nos Conselhos
315 Municipais. Um questionário foi encaminhado e na verdade, seria necessário que
316 houvesse esse retorno. Esse acompanhamento já foi iniciado pela SETP e somente
317 70 municípios cumpriram a determinação. Sendo assim, solicitou o apoio da
318 Sociedade Civil, para que na sua região orientem o CMAS e se possível os demais

319municípios ao redor, para que retornem esse questionário o quanto antes. O CNAS
320já foi informado que o prazo estipulado deverá ser expandido. Definiu a Conselheira
321Carmen ser necessário apropriar-se desse conhecimento, fazer uma força tarefa
322para levantar esse quadro geral da situação dos Conselhos, no Estado. Uma pasta
323já contém os dados recebidos e para surpresa da técnica Helena, muitos municípios
324sequer tem conhecimento do que seja a Resolução nº 016. Abrindo espaço, a
325Conselheira Vice-Edenilce comentou que quando os Fóruns Regionais realizavam
326Assembléias mensais, não se passava por tantas dificuldades, pois as coisas fluíam.
327Hoje, por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal, os Fóruns pararam, sendo
328fundamental buscar a sua mobilização. Voltar para as regionais com essa proposta.
329A Conselheira Presidente Nicéia demonstrou que existem dificuldades nos CMAS e
330os encontros macro regionais seriam benéficos. É uma proposta para o CEAS/PR,
331com apoio do Departamento de Assistência Social e Escritórios Regionais.
332Respondeu a Conselheira Christina ser muito difícil, uma vez que as Secretarias
333estão desfalcadas e muitos Conselheiros foram substituídos. Surgiu a sugestão da
334técnica Helena, que essas reuniões ampliadas fossem casadas com aquelas que
335prepararão as Conferências. Constatou a Presidente Nicéia ser possível realizar um
336encontro descentralizado regional, nos meses de maio e junho. Sugestão
337APROVADA. Sugeriu ainda a Conselheira Mariluz que sejam chamados os gestores,
338técnicos e Conselheiros. Relatório da Comissão APROVADO. **Comissão de**
339**Políticas Sociais.** (Anexo VI). Comentou-se que os componentes dessa Comissão
340sentiram a necessidade de se ter um Coordenador no grupo, elegendo assim a
341própria relatora Cássia e a Conselheira Fernanda (SEED) se dispôs a permanecer
342como relatora, cuidando dos pontos de pauta de forma ordenada. A Conselheira
343Elenir colocou terem os Conselheiros encontrado algumas dificuldades na sua
344Comissão, tendo em vista não terem recebido o material para fundamentar as
345discussões. Segundo a Conselheira Nicéia, serão providenciadas xerox para a tarde.
346Sabe-se, porém, que em 2010 foram construídos 43 CRAS e em função da
347moratória, 12 municípios não deram continuidade às construções. Um ofício foi
348encaminhado à SEDU, para se ter formalmente a informação esperada. Tal assunto
349poderá ficar como ponto de pauta para a próxima reunião. Nesse momento, o
350cidadão Carlos Lima procedeu um registro, a respeito da dificuldade que existe em
351realizar um controle social. O Conselho foi convocado para um local físico, houve
352depois a mudança desse espaço. Enfatizou que é fundamental que o Conselho
353proporcione condições para que haja efetivo acompanhamento desse controle
354social, inclusive condições físicas (falta de cadeiras). Desejou deixar bem clara essa
355situação, para que essa função não seja desmotivada. Como consequência da
356colocação procedente da Conselheira relatora da Comissão, o Conselheiro Nircélio
357desejou completar as informações dizendo que o relatório realmente precisava ser
358complementado. Colocou-se à disposição para outros esclarecimentos, dizendo
359ainda que os CMAS tem prazo até 31/03, para fazerem via SUAS/WEB, a prestação
360de contas dos recursos do IGDM, referente à 2009. Relatório da Comissão
361APROVADO. **Comissão da Frente Parlamentar.** (Anexo VII) Relatora Christina
362Zehr. Segundo a relatora, a Vice-Presidente Edenilce procedeu a apresentação de
363todos os componentes, explanando os reais objetivos da atuação desse grupo:
364fortalecer e homologar a política de Assistência Social, em nível de Estado. Existe
365uma proposta de formalizar a coleta de assinaturas (Carta aberta do SUAS),
366entendendo-se que a mobilização sem data específica, não irá funcionar. Assim,
367utilizar a organização das Conferências como uma oportunidade de obter essa
368coleta (Proposta do Conselheiro Patrick). *Encaminhamento:* Efetuar contato com o
369Deputado Professor Lemos, convidando-o para participar de reunião com a
370Comissão Parlamentar, na Assembléia do mês de abril. Pontuou a Conselheira
371Edenilce que esse grupo não contou com a presença de nenhum Conselheiro

372 Governamental no momento dos trabalhos. Pediu a palavra o Conselheiro Padre
373 Antônio informando ser necessário uma atenção ao conteúdo da NOB/SUAS-RH. Em
374 contato com alguns técnicos percebeu que muitos deles, independente de serem
375 assistentes sociais ou psicólogos, estão recebendo um salário mínimo. A
376 representante da SEJU, Conselheira Vanuza colocou-se à disposição, para
377 comparecer à Assembléia no convite ao Deputado Lemos. A Assistente Social
378 Helena veio a sugerir que a Comissão da Frente Parlamentar elabore uma nota
379 técnica, esclarecendo quais são os seus objetivos, documento esse a ser construído
380 com a participação do Deputado Lemos. Na continuidade, a Conselheira Edenilce
381 esclareceu que o resultado dessa reunião deverá ser expandido para todo o Estado.
382 A Frente Parlamentar conta também com a participação do CRESS, CRP, OAB e
383 outros segmentos convidados para a reunião realizada na Assembléia Legislativa.
384 Relatório da Comissão APROVADO. Dando seqüência, após o intervalo do almoço, a
385 Conselheira Ana Maria informou que o CNAS entregou na última reunião, a relação
386 dos componentes da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE. A Conselheira
387 trouxe consigo a listagem de Senadores, repassando à Secretaria Executiva para
388 que se possa estar fazendo uma mobilização junto a esses homens públicos.
389 **Comissão de Revisão da Lei Estadual nº 11.362/1996 – Criação do CEAS/PR.**
390 (Anexo VIII). O Conselheiro Ronan passou a ler o relatório informando que a análise
391 do seu grupo está se processando, artigo por artigo. Solicitou ao plenário para que,
392 com a colaboração de uma Assistente Social, pudessem apresentar o parecer final
393 na próxima Assembléia. Foi sugerido pela Conselheira Carolina (PGE) que todos os
394 componentes do grupo efetuassem uma leitura dessa Lei para a próxima reunião,
395 apoiando a idéia de se ter uma assistente Social como colaboradora. Pediu a
396 palavra a Assistente Social Kate, representante do Ministério Público, justificando a
397 ausência de Sandra Mancino que se encontra em férias. Garantiu que o apoio
398 técnico que a Comissão necessitará poderá ser emprestada por ela, no seu retorno.
399 Relatório da Comissão APROVADO. **Comissão de Organização da Conferência.**
400 (Anexo IX). O ponto de pauta foi a elaboração de uma nota técnica, para esclarecer
401 como será a modalidade de eleição da Sociedade Civil, disse a Assistente Social
402 Helena, da SETP. A Comissão discutiu bastante sobre o assunto, concluindo que não
403 seria bem a saída desse documento, mas iniciar uma discussão para fortalecer esse
404 assunto e depois conseguir um documento que oriente como será esse processo de
405 eleição. Assim, primeiramente deve-se fazer uma consulta ao Conselho Nacional e
406 depois elaborar um instrumento que orientasse o CMAS. Toda essa discussão foi
407 sugerida por Sandra Mancino, já que no Ministério Público estão surgindo algumas
408 dúvidas, exemplo Associação de Moradores colocadas como usuários e outras mais.
409 Baseando-se nessa informação, a Conselheira Ana Cristina pediu agilidade, uma vez
410 que muitos municípios já em maio e junho estarão realizando as suas Conferências.
411 Continuou a técnica Helena, enfatizando que por enquanto ainda não se tem
412 nenhuma informação do CNAS sobre os prazos, indicativos, etc.. Como
413 conseqüência, a Conselheira Ana Maria informou que na semana passada participou
414 de uma reunião no CNAS e alguns pontos foram considerados: número de
415 habitantes, gestão básica ou plena e a realização de Conferência. Para o Estado do
416 Paraná as vagas municipais e estaduais deverão somar 82. As Conferências
417 Estaduais deverão ser realizadas até outubro/2011 e a Nacional ocorrerá de 07 a 10
418 de dezembro. Quem participará deverão ser pessoas devidamente escolhidas nas
419 suas Conferências. Certamente algum item poderá ainda ser alterado, tendo em
420 vista ter sido uma discussão preliminar. Segundo a Conselheira Mariluz, em 2009,
421 os Conselheiros já foram escolhidos nas Regionais para a Nacional. Assim, é
422 necessário tudo estar muito claro para o início desse processo, em função dos
423 prazos. Presume-se que 8 vagas serão destinadas ao Conselho e 74 para as
424 Regionais. Lembrou o Conselheiro Ronan que na última Conferência, apenas 2

425 membros do CEAS/PR não se fizeram presentes em Brasília: os Conselheiros José
426 Cícero e Ozimara. Relatório da Comissão APROVADO. Perspectiva de prazos: Junho
427 e Julho (Conferências Municipais), Agosto (Conferências Regionais), Setembro
428 (Conferência Estadual). A Conselheira Cássia informou que o Conselheiro Nircélio
429 citou que o Plano de Ação Intersetorial não pode ser elaborado, uma vez que
430 Comissão não foi constituída. Houve pauta de indicação dos representantes das
431 Secretaria de Educação e Saúde. Na próxima reunião o assunto será retomado, se
432 houver a indicação para a confecção da minuta. **Indicação dos Conselheiros do**
433 **CEAS/PR, junto à Comissão Intersetorial de Convivência Familiar e CEDCA.**
434 Foram indicados os Conselheiros Patrick e Vanuza. Indicação APROVADA. **Informes**
435 **Gerais.** Informes da CIB. Assistente Social Helena. A título de informes sobre a
436 reunião realizada em 22 de fevereiro. Foi pactuado o prazo de 180 dias para o
437 cumprimento das pendências de Gestão Municipal da Política de Assistência Social
438 dos Municípios que estavam em processo de desabilitação, 6 municípios ao todo já
439 encerram. Também foi colocado prazo para os municípios que não fizeram a
440 implementação dos CRAS. Outro informe dado foi sobre a Comissão de
441 Acompanhamento aos CMAS e restaram dúvidas sobre o assunto, aguardando-se
442 orientações do CNAS. Nesse momento, a Presidente do CMAS de Ponta Grossa
443 informou que o seu município foi contemplado com um CREAS, mas não houve
444 condição de implantar. Questionou se o recurso poderá ser utilizado. A dúvida foi
445 respondida pela Conselheira Carmen: o ideal é que um ofício seja direcionado ao
446 MDS, solicitando orientações com cópia para o Escritório Regional de Ponta Grossa.
447 O documento seria encaminhado à SETP com o objetivo de acompanhar a situação.
448 Foram evidenciadas inúmeras dificuldades, quanto ao encaminhamento nesse
449 processo, com informações do Ministério, o seja, relação direta com o município o
450 que cria dependência do Estado para orientar o seu território. A Conselheira Cássia
451 convidou a Conselheira Vanuza para ler o ofício procedente do Fórum Regional de
452 Ivaiporã, que tem como conteúdo a preocupação dos 21 municípios daquela região,
453 frente às questões que envolvem o Escritório Regional da SETP (equipe de trabalho
454 sem condições técnicas e/ou experiência na área) – representantes do CEAS e
455 FOREAS eram de Londrina) propostas para a região de nova equipe que atuará com
456 a Política de Assistência Social no Estado. Considerando o assunto, a Conselheira
457 Presidente Nicéia informou tratar-se de uma situação difícil, uma vez que todos os
458 componentes do Escritório Regional de Ivaiporã usufruíram de cargos em comissão,
459 ou cedidos por Prefeituras da Região. Contatou-se a Sra. Letícia, Diretora Geral da
460 SECJ, solicitando que a representante Assistente Social Cristiane, da Prefeitura de
461 Arapuã ficasse à disposição daquele Escritório Regional, para dar conta das
462 demandas da Política. As demais profissionais que acompanhavam os trabalhos
463 eram pessoas comprometidas, com o devido domínio da área. Avaliando o
464 problema, a Conselheira Ana Maria Macedo esclareceu que a Secretaria da Criança
465 e da Juventude será transformada em outra que será gestora da Política de
466 Assistência Social no estado do Paraná. O novo nome será Secretaria de Estado da
467 Família e Desenvolvimento Social. Ela está em processo de transformação e é
468 demorado conseguir aprovar uma Lei. É necessário também adequar o quadro
469 técnico que lá já atua, aproveitando os outros que integram a SETP. Quanto aos
470 escritórios Regionais, agora vão se contar com 22 regiões e está no plano de
471 governo do Governador Beto Richa, que toda a população que habite essas regiões
472 recebam um atendimento pleno por parte de todas as Políticas. As pessoas devem
473 lembrar que o Governador enquanto Prefeito, dividiu a cidade de Curitiba em 09
474 administrações regionais e agora essa ideia está sendo implantada no Estado. Não
475 se ficará sem técnicos na área, mesmo porque é necessário que se dê suporte e o
476 devido acompanhamento a essas regiões. Em 23 de fevereiro já ocorreu uma
477 reunião com representantes das equipes regionalizadas da Assistência Social. É a

478 garantia da responsabilidade do Governador Beto Richa, com todos os quesitos que
479 estão no plano. Não é porque se teve governos anteriores que não deram uma
480 atenção especial para essa Política, que se tenha um agora. O Governador está
481 comprometido com todas as questões contidas no Plano, com o devido respaldo dos
482 recursos necessários. A técnica Gladys ainda completou, informando que quando a
483 equipe passou a integrar a SECJ, tomou conhecimento de um processo que estava
484 em andamento para contratação de pessoal do Edital 15/2009, que é da SEAP,
485 suprimindo as regionais com novos técnicos. Infelizmente esse processo ficou parado,
486 causando um grande prejuízo para as áreas de Assistência Social, bem como da
487 Segurança Alimentar. O próximo passo é aguardar a formalização da nova
488 Secretaria, para entrar com uma solicitação junto à SEAP. Completou a Conselheira
489 Ana Maria que há 16 anos o Governo não realiza concurso para a área da
490 Assistência Social, o que justifica o incrível desfalque de técnicos. Sabe-se que
491 essas adequações poderão não ocorrer já no 1º ano de Governo, mas todos os
492 esforços serão envidados para que a situação seja resolvida. Na sequência a técnica
493 Gladys (SECJ) lembrou que na Comissão de Financiamento discutiu-se sobre os
494 recursos do FEAS. Disse ter estado em contato com a chefia de Gabinete e a própria
495 Secretária Fernanda Richa, donde teve a informação de que um Decreto já foi
496 assinado referente aos recursos do DETRAN. O Valor da placa passou de R\$ 50,00
497 para \$ 100,00 e tais quantias estarão alocadas no FEAS. A Conselheira Vanuza
498 retornou ao assunto de Ivaiporã, informando que por um bom tempo o citado
499 Escritório permaneceu sem técnico da área. Foi a vez do cidadão Carlos Lima
500 pontuar que a responsabilidade do Estado existe há um certo tempo. Muitas
501 pessoas que lotearam o Estado no passado, estão compondo o atual Governo e
502 principalmente as Secretarias em questão. É importante lembrar que os
503 irresponsáveis também continuam dos dois lados. O Governo anterior realizou
504 concursos públicos sim, fez mais de 60 mil na área da educação. Na área da
505 Assistência Social houve uma direção prioritária à SECJ e existe pois um grupo de
506 técnicos que será repassado. É importante deixar claro que a construção da
507 regionalização também é responsabilidade do Governo anterior. A distribuição
508 dessas verbas deverá se dar de acordo com a equidade da gestão financeira. A
509 questão dos concursos públicos deverá ser cobrada do Governo que entra, para que
510 seja colocada dentro dos quadros necessários, com a reposição contínua de
511 servidores em caráter exclusivo de Estado e não terceirização do Serviço público.
512 Afirmou que nos próximos 4 anos de Governo estará junto, numa ação fiscalizadora
513 do cumprimento dessas promessas. Completando, a Presidente Nicéia dirigiu-se ao
514 cidadão em questão, informando que hoje existem 2 Secretarias e um
515 Departamento de Assistência Social, contando com 10 funcionários de carreira,
516 executando uma política de Assistência Social em nível de Estado. Esclareceu que o
517 grupo de concursados existentes na área foram para a SECJ. A Conselheira Vice-
518 Presidente Edenilce lembrou que a Política Nacional de Assistência Social cobra que
519 para os Municípios conseguirem se manter em gestão plena, deveriam ter a sua
520 Secretaria Municipal de Assistência Social. Relembrou que já em 2008 o CEAS/PR já
521 havia debatido essa questão e retorna agora questionando se nesse Governo existe
522 a possibilidade de ser implantada uma Secretaria de Estado de Assistência Social. A
523 técnica Gladys informou que hoje estão sendo cumpridas orientações e até pelas
524 questões de financiamento para essa Secretaria, trazendo para si as questões
525 referentes à segurança alimentar, tal como acontece no MDS hoje. No presente
526 momento, separa-se a promoção social da área do trabalho. Era prevista a criação
527 de uma Secretaria de Assistência Social, mas prevendo a questão de recursos e
528 como o MDS irá funcionar, tomou-se essa decisão com a certeza de que a
529 segurança alimentar caminha intimamente ligada. O planejamento hoje existente,
530 permitirá que as atividades a serem desencadeadas na área, permitirá que o Estado

531do Paraná seja destacado nacionalmente. Dando prosseguimento, a Conselheira
532Cássia informou ter sido contemplada nas questões já levantadas, porém desejou
533registrar a solicitação da Sociedade Civil sobre a “necessidade que tem do
534ressarcimento das despesas de deslocamento dos seus lares, até a rodoviária mais
535próxima e também de uma refeição durante esse trajeto”. Solicitou mais
536esclarecimentos sobre as possíveis medidas que serão tomadas, já que para muitos
537Conselheiros nesse trecho intermediário, só resta a alternativa da utilização de
538táxis. Segundo a Conselheira Ana Maria (SECJ), tal solicitação merecerá uma maior
539atenção, já que se trata de uma reivindicação justa. Quem sai de casa para
540trabalhar merece o total respaldo de um bom atendimento. Sugeriu que a
541Conselheira Presidente venha a discutir com o Diretor Geral, para uma solução
542positiva. A solicitação está registrada em Ata, para as medidas cabíveis. Foi a vez
543do Conselheiro Padre Antonio parabenizar o empoderamento dos representantes da
544Sociedade Civil. Nesse espaço, através desse debate, promoveu-se o equilíbrio.
545Desejou socializar o seu elogio dirigido agora ao Sr. Carlos Lima, por mais que não
546integre o CEAS/PR como membro, o seu posicionamento contribuiu na construção
547da cidadania. Da parte dos representantes governamentais, também efetuaram
548colocações que ajudam as pessoas a acreditarem que um trabalho positivo está
549sendo realizado, em benefício da construção dessa cidadania. Mais uma vez o
550cidadão Carlos Lima pediu a palavra, afirmando que sua pergunta, na verdade é
551uma provocação. Disse sentir-se admirado quando o Conselheiro Patrick afirmou
552que no Fundo Municipal de Curitiba, o Fundo da Assistência Social é de
553aproximadamente R\$ 50 milhões e o do Estado é de R\$ 14 milhões. É preocupante
554como um recurso tão pequeno ainda possa ser expropriado por emendas
555parlamentares. Se isso for realmente verdadeiro, disse considerar que se trata de
556um escândalo. É preciso que este novo Governo tenha uma atitude de barrar aquilo
557que considera uma atitude espúria. Se todos desejam construir ações sérias na área
558da Assistência Social, é preciso que todos levem essa questão para a Secretária
559Fernanda e até mesmo ao Governador. Nesse momento, a Conselheira Ana Cristina
560informou ser necessário discutir sobre a legalidade do uso do Fundo, para emendas
561parlamentares. Sabe-se que os Vereadores quando querem liberar emendas, os
562trâmites passam pelo CMAS. Segundo a Conselheira Vice Presidente Edenilce, em
5632004 participava do FOREAS e quando o orçamento do Estado para a Assistência
564Social foi apreciado, solicitou-se a garantia de 5% dele para essa área. Questionou-
565se no que seria gasto tal valor e a Assistente Social Denise Colin colocou que esse
566orçamento continha mais de 16 divisões. Assim, as emendas parlamentares
567chegam nos Municípios e desde 2001 os Conselhos precisam deliberar sobre essa
568utilização. Na sequência, os Conselheiros colocaram em discussão o fato de ser
569seguido o calendário já aprovado para a realização das reuniões. Apesar da próxima
570data (07 e 08/04) ser muito próxima todos optaram pela manutenção dessa
571agenda pois outras mudanças inviabilizam a participação. Ao finalizar a reunião, a
572Conselheira Edenilce renovou a sua solicitação anterior: se a capacitação já foi
573aprovada em 2008 e se hoje é necessário expandi-la para os integrantes da nova
574Secretaria, solicitou que se mantenha o que já foi aprovado, pois o Governo tem
575condições financeiras para dar andamento. A Conselheira Presidente Nicéia sugeriu
576representantes por Município, não mexendo no conteúdo que já havia sido
577aprovado lá atrás. A técnica Gladys avaliou que será possível um contato com
578Denise Colin, hoje Secretária Nacional de Assistência Social, verificando o que foi
579realmente firmado (UEM). Através do Pacto de Aprimoramento virão mais recursos,
580sabendo-se ainda que o Paraná é o 1º Estado que já possui o Plano. A Presidente
581Nicéia informou ser ainda necessário que se tenha uma resposta formal da
582Universidade. **Encerramento:** A Vice-Presidente Edenilce agradeceu a presença
583dos Conselheiros e demais convidados, encerrando a Assembléia ordinária e

78
79
80

584desejando a todos um bom retorno. A presente ata foi digitada por Willian Binhara,
585e lavrada por mim, Regina Amasiles Rodrigues Costa, (Secretária Executiva dos
586Conselhos). Depois de lida aprovada, será anexada a cópia da lista assinada pelos
587Conselheiros presentes nessa reunião.

ANEXO I

COMISSÃO/CÂMARA: Financiamento e Gerenciamento do Fundo

DATA: 21/03/2011

PRESENTES:

NOME	ENTIDADE
Rosangela Henz Gavinho Ferraz	SEPL
Ana Cristina Duda	Assoc. Ministério Melhor Viver
Maria Cecília Monteiro Larcher Fantin	CRP - 08
Vanusa Ferreira Calão	SEJU
Patrick James Reason	Encontro com Deus
Aline Pedrosa Fioravante	SECJ
Carmen Cristina P. S. Zadra	SETP
Nicéia Brandão Lemes	SETP
Samanta Krivoruczka	SECJ (ouvinte)
Larissa Marsolik Tissot	SECJ

1. Análise e informação sobre o Orçamento:

- Aprimoramento da Gestão;
- Proteção Social Básica;
- Proteção Social Especial.

*Atrelado ao Plano de Governo

2. Plano Plurianual (2012/2015):

Tem que ser analisado, discutido e aprovado pelo CEAS, bem como o orçamento 2012 (LOA). O Orçamento temático foi revogado pelo Decreto em 2011 – Nº 487/2011 entre os meses de abril a junho e finalizar, provavelmente na Assembleia de agosto, pois o prazo final do envio para a Assembleia é 30 de setembro/2011.

3. Reprogramação do Saldo do FEAS de 2010 em relação a Fonte 281-convênio com o Governo Federal (Pacto e IGDE):

(Anexo: Planilha dos valores)

De acordo com o Plano de Ação IGDE junto ao Governo federal (2009) e o Plano de Capacitação já aprovado em 2008 no CEAS/PR, dentro do formato já estabele-

81
82
83
84

cido, destinado à capacitação para fortalecimento da Gestão do PBF/CAD Único e da Assistência Social.

4. Pendências Assembleia anterior:

- __Ofício para o Governo (FEAS) – Of. 002/2011;
- __Visitas Entidades: Samanta relatou agenda, Conselheiro Patrick deve ser incluído.
- __Reunião com o Conselho Estadual de Saúde, 29 de março (a confirmar).

Parecer da Plenária: Relatório APROVADO.

ANEXO II

Assunto:- FEAS - Reprogramação de Saldo – Fonte 281/Governo Federal - 2011

IGDE – Índice de Gestão Descentralizada Estadual

Total de recursos para reprogramação – R\$ 327.073,37, elencamos algumas Ações previstas no Plano de Ação, encaminhado em 2009, para a SENARC/MDS:

- Capacitação do Novo Formulário do CadÚnico (Escritórios Regionais de Ponta Grossa, Umuarama e municípios da região metropolitana e interior do Estado que ainda não fizeram esta capacitação;
- Encontro Estadual Intersectorial (Assistência Social, Educação e Saúde) do Programa Bolsa Família;
- Encontros regionais e macro regionais dos técnicos municipais do Programa Bolsa Família;
- Visitas técnicas aos municípios com maior dificuldade na execução do PBF.

Quadro descritivo das despesas

Rubricas Orçamentárias	R\$
3916 - Exposição e Congressos	257.073,37
1400 - Despesas com diárias	40.000,00
3300 - Passagens aéreas e terrestres	15.000,00
3924 - Serviços com materiais gráficos	15.000,00

1. Pacto de Aprimoramento da Gestão II

Total de recursos para reprogramação – R\$ 308.321,88, abaixo algumas Ações previstas no Plano de Capacitação, já apresentado ao CEAS em 2008, na perspectiva do fortalecimento da gestão da política de assistência social, através do sistema único da assistência social:

- Contratação de Universidades para a execução do Plano Estadual de Capacitação;
- Monitoramento, Avaliação e Habilitação Municipal;
- Encontros Regionais, Macro-regionais e/ou Estadual do SUAS.

Quadro descritivo das despesas

Rubricas Orçamentárias	R\$
-------------------------------	------------

99
100
101

Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC

3904 - Serviços de terceiros e pessoa jurídica	174.930,44
1400 - Despesas com diárias	58.391,44
3300 - Passagens aéreas e terrestres	15.000,00
3924 - Serviços com materiais gráficos	10.000,00
3916 - Exposições e Congressos	50.000,00

Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo
Conselho Estadual da Assistência Social
Curitiba, 22 de março de 2011

102
103
104
105

ANEXO III**COMISSÃO/CÂMARA: Comunicação, Articulação e Mobilização**

DATA: 21/03/2010

PRESENTES:

NOME	ENTIDADE
Ronan César da Silva	APADEFI
Ozimara Ferreira de Mello	APAE
Mariluz Zanin Petry	SETP – E.R. Francisco Beltrão
Rosely Lemos Schinemann	SETP
Rosana A. Dias de Macedo	SETP

1. Análise da Nota Técnica da CIB, Resolução nº 039/CNAS de dezembro/2010 e Decreto Federal nº 6.307/2007 que dispõe sobre Benefícios Eventuais: Funeral e Natalidade

A Comissão definiu reformular a Nota Técnica de 2007 de acordo com as legislações atuais e apresentar para a plenária o documento.

- Foi observado na pela Comissão que necessita-se colocar para apreciação:
- Financiamento do Governo;
- Acompanhamento do Ministério Público.

Parecer da Plenária: Relatório APROVADO.

ANEXO IV**NOTA TÉCNICA DO CEAS SOBRE OS
BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Os benefícios eventuais nas modalidades de auxílio natalidade e funeral estão previstos no art. 22 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS: *“Entende-se por benefícios eventuais aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou por morte às famílias cuja **renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.**”*

A concessão dos benefícios eventuais de auxílio natalidade e funeral foram regulamentados pela **Resolução n.º 212/06 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS** e **Resolução Nº 39 de 09 de Dezembro de 2010** que propõe critérios orientadores.

A regulamentação deve ser por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, que deverá ser acompanhada de devida previsão orçamentária na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA para garantia dos recursos necessários.

É importante ressaltar que em muitos municípios já existe previsão no orçamento para a execução dos benefícios eventuais, entretanto, é preciso reordenar o planejamento orçamentário da política de assistência social do município e até mesmo, rever o orçamento de outras políticas.

Vale lembrar que devem ser regulamentadas apenas as modalidades de auxílio natalidade e auxílio funeral. Outros benefícios devem ser discutidos no município para possíveis reordenamentos para outras políticas ou regulamentações, conforme maiores orientações e atos normativos da União, a exemplo dos benefícios eventuais para atendimento de situações de vulnerabilidade temporária ou casos de calamidade pública, que estão descritos na LOAS e conforme art.4º da Resolução de nº 39/2010, a qual recomenda a observância dos marcos regulatórios quanto às provisões da política de saúde, dentre outras, as abaixo relacionadas:

- I- Política Nacional de Saúde Da Pessoa Com Deficiência (Portaria Ministério da Saúde – MS nº 1.060 de 5 de junho de 2002);
- II- Concessão de medicamentos (Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990- art. 6º e Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999- art.20);

- III- Concessão de Órteses e Próteses (Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999- arts. 18 e 19; Portaria MS nº 116 de 09 de setembro de 1993; Portaria MS nº 146 de 14 de outubro de 1993; Portaria MS nº 321/2007);
- IV- Alimentação e Nutrição(Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990- art. 17);
- V- Saúde Bucal (Política Nacional de Saúde Bucal-Programa Brasil Sorridente);
- VI- Concessão de óculos (Portaria Normativa Interministerial Ministério da Educação- MEC/MS nº 15 de 24 de abril de 2007- Projeto Olhar Brasil) e Portaria MS nº 254 de 24 de julho de 2009).

Portanto, orienta-se que cada município reconheça quais são os benefícios concedidos em âmbito municipal e reordene-os de acordo com a legislação e atribuição de cada política.

No processo de regulamentação o município deve realizar um estudo da sua realidade social, analisando o público alvo dos benefícios eventuais. Na regulamentação municipal existem alguns indicativos significativos que devem ser considerados:

- critérios de focalização do público beneficiário – quais são as famílias e cidadãos que poderão ser beneficiados, considerando o corte de renda e as circunstância de natalidade e óbito;
- formas de concessão – por pecúnia (recursos financeiros) ou bens de consumo no caso de auxílio natalidade. Os bens de consumo são enxoval para o recém-nascido que inclui itens de vestuário, utensílios para alimentação e de higiene. No auxílio funeral a forma de concessão pode ser em pecúnia ou prestação de serviços. A prestação de serviços se constitui de despesas de urna funerária, velório e sepultamento, utilização de capela, incluindo transporte, isenção de taxas e colocação de placas de identificação e demais serviços que se julgue pertinente;
- prazos para requerimento e concessão – devem estar previstos na regulamentação os prazos para o requerimento de tais benefícios, além dos prazos para concessão.
- 5. fluxo e procedimento de atendimento – estabelecer locais de atendimento para a concessão; prever articulação com demais políticas no atendimento. Por exemplo: saúde (auxílio natalidade); meio-ambiente (auxílio funeral).
- 6. documentação – prever procedimento e documentação necessário para o requerimento e concessão.

- divulgação dos benefícios eventuais – o município deve garantir a divulgação da concessão dos benefícios eventuais.

Os órgãos gestores municipais da Política de Assistência Social (PNAS) e os Conselhos de Assistência Social nas três esferas de governo têm competências e responsabilidades na regulamentação e implementação dos benefícios eventuais, portanto a presente nota técnica deve nortear-se pela Resolução nº 39, de 09 Dezembro de 2010 e pela Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, Decreto nº 6.307/2007e demais Legislação vigente.

ANEXO V**COMISSÃO/CÂMARA: Documentação e Rede Socioassistencial**

DATA: 21/03/2011

PRESENTES:

NOME	ENTIDADE
Cristina Zehr	Asso. Benef. das Senhoras de Entre Rios
Teresinha Aparecida Pereira Mariano	CRESS 11ª Região
Helena Navarro Gimenez	SETP/DAS
Keity F. da Cruz	MP/PR
Tania Mara Domingues	SETI
Nayze Mary Alves Zétola	SETI

1. Minuta de orientações aos Conselhos Municipais de Assistência Social para preenchimento do relatório situacional da implementação da Resolução nº 016/CNAS:

- Encaminhar ofício do CEAS com relatório para preenchimento em anexo aos municípios, suscitando a importância do acompanhamento do CEAS e CNAS no processo de implementação da resolução nº 016/2010/CNAS e demais normativas relacionadas ao tema.
- Solicitar apoio dos Conselheiros da Sociedade Civil do CEAS/PR para orientação sobre o referido preenchimento.

2. Inclusão de Pauta: Análise do Projeto de Lei de Criação do CMAS de Cruz Machado:

A Comissão analisou o referido Projeto de Lei e verificou que está adequado ao funcionamento do Conselho e Gerenciamento do Fundo. Porém, ressalta-se que não é atribuição do CEAS/PR realizar análises dessa natureza.

Para isso, orientamos que seja seguida as normativas e orientação do CNAS no que tange ao reordenamento da Lei Municipal de Criação do CMAS.

Parecer da Plenária: Relatório APROVADO.

ANEXO VICOMISSÃO/CÂMARA: **Políticas Sociais**

DATA: 21/03/2011

PRESENTES:

Nome	Representatividade
Vanuza Vieira Marini Salles	CRESS
Antonio Carlos da Silva	AMBAJAC
Paula Cristina C. Cunha	SECJ
Carolina Kumer Trevisan	PGE
Claudia Pisolo	PGE
Pedro Lirio Hofmann	Ass. de Moradores de Encantado do Oeste
Elenir Schuchat	APAE-Iporã
Soraya Sehli	SESA
José Divaldo Rufino	SECJ
Cássia Fernanda Mercúrio	Aldeias Infantis SOS Brasil
Fernanda Scaciota Simões da Silva	SEED
Nircelio Zobot	SETP/CGM
Letícia Regina H. Dos Reis	SECJ
Aline Pedrosa Fioravante	SECJ

Repasse Conselheiro Nircélio:

1. O Plano de Ação Intersectorial não pôde ser elaborado porque a Comissão não foi formada pela falta de indicação dos representantes das Secretarias de Educação e Saúde.

 Será retomado na próxima reunião se houver a indicação, para confecção da minuta.

2. Explicação sobre como funcionará a versão 7.0 e como ela será implantada no Paraná. Foi informado que nesta semana será concluída a capacitação operacional para todas as prefeituras.

3. O MDS disponibilizou para os gestores municipais capacitação à distância sobre o Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família, disponibilizado para todos os gestores municipais no site do MDS.

4. Os entrevistadores que ainda não foram capacitados serão contemplados a partir do mês de abril.

5. A Técnica Letícia (SECJ) esclareceu sobre a nomenclatura da nova Secretaria da Família e Desenvolvimento Social.

6. Eleição de Coordenador e Relator: Cássia e Fernanda, respectivamente.

Deliberação da Comissão: sugestão para que todas as Comissões elejam um coordenador e um relator.

Parecer da Plenária: Relatório APROVADO.

ANEXO VIICOMISSÃO/CÂMARA: **Frente Parlamentar**

DATA: 21/03/2011

Nome	Representatividade
CHRISTINA ZEHR	ABSER
EDENILCE DE FATIMA DO NASCIMENTO	SISMUNE
PATRICK JAMES REASON	ENCONTRO COM DEUS
PAULA MATOSKI BUTTURE	CRP – 08
GUILHERNE BERTASSONI DA SILVA	CRP – 08
ANTONIO CARLOS DA SILVA	AMBAJAC

Entrega das assinaturas da Carta Aberta - SUAS

Após apresentação de todos os integrantes da Comissão da Frente Parlamentar, conselheira Edenilce falou das ações até o presente momento e que pelas quais não houve sucesso em razão de inúmeras situações desfavoráveis ao empenho da comissão. Edenilce explicou que o objetivo da Frente Parlamentar é de fortalecer e homologar as políticas de assistência social à nível de estado.

Para que as políticas públicas de atendimento à assistência social funcionem de fato concretamente e continuamente defendemos que as equipes de recursos humanos nos atendimentos dos CRAS e CREAS sejam continuas e que sejam assegurados os concursos públicos para que a equipes multi-disciplinar possam trabalhar de forma efetiva e continua. Somos de opinião que esta proposta deve ser encaminhado à Comissão de Políticas Sociais.

Estamos juntando todas assinaturas já entregues de vários municípios do Estado do Paraná referente à Carta Aberta em Defesa do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Paraná sendo que este assunto foi discutido e feito o devido encaminhamento na VIII Conferência Estadual de Assistência Social em 2009 e estamos encaminhando aos novos conselheiros estaduais para que haja mais assinaturas e entregar numa próxima reunião. Ainda sugerimos que a Secretária Executiva faça contatos com o professor Lemos, Deputado Estadual para agendar reunião com a Comissão da Frente Parlamentar de preferência na reunião do CEAS.

Diante da averiguação de poucas assinaturas entregues da Carta Aberta verificamos a necessidade de melhorar a mobilização e não medir esforços, inclusive convocando por todos os meios possíveis os setores envolvidos na Assistência Social aproveitando as Conferências Municipais e Estaduais para juntar muito mais assinaturas ao documento oficial.

Parecer da Plenária: Relatório APROVADO.

ANEXO VIII

COMISSÃO/CÂMARA: **Revisão da Lei Estadual nº 11.362/1996**

DATA: 21/03/2011

PRESENTES:

NOME	ENTIDADE
Carmen Cristina P. S. Zadra	SETP
Soraya Sehil	SESA
Ronan César da Silva	APADEFI
Elenir Ruiz Bonfim Schuchardt	APAE - Iporã
Maria Cecília M. L. Fantin	CRP/08
Carolina Kummer Trevisan	PGE
Cláudia Picolo	PGE
Gladys Maria T. Tortato	SECJ/AT

Estamos em análise da Lei.

Parecer da Plenária: Relatório APROVADO.

ANEXO IX**COMISSÃO/CÂMARA: IX Conferência Estadual de Assistência Social**

DATA: 21/03/2011

PRESENTES:

NOME	ENTIDADE
Helena Navarro	SETP
Ana Cristina Duda	Ministério Melhor Viver – Ponta Grossa
Nicéia Brandão Lemes	SETP/DAS
Rosely Lemos Schinermann	SETP/
Mariluz Zanin Petry	SETP/Francisco Beltrão
Tatiani Macarini	SECJ
Larissa Marsolik Tissot	SECJ
Vanuza V. M. Salles	CRESS
Pedro Lírio Hoffmann	Assoc. Moradores Encantado D'Oeste
Keity F. da Cruz	MP/PR
Cássia Fernanda Mercúrio	Aldeias Infantis SOS do Brasil
Paula Cristina Calsavara Cunha	SECJ
Aline Fioravante	SECJ

A Comissão discutiu sobre processo de eleição da sociedade civil para compor os CMAS, e delibera pelo Ofício ao CNAS para consultar sobre os critérios de indicação e eleição dos representantes dos usuários (se esses podem pertencer às associações de defesa de direitos) e entidades prestadoras de serviço que possuem serviço, programa ou projeto de assistência social inscrita no CMAS.

Parecer da Plenária: Relatório APROVADO.